

Boletim de Conjuntura Econômica

Nº 2 janeiro–dezembro 2005

1 PRODUTO INTERNO BRUTO - 2005

Em 2005, as condições externas mostraram-se favoráveis e a economia mundial apresentou expansão no consumo, beneficiando as economias de países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Neste ano as exportações brasileiras cresceram 22,6%, e obtiveram uma balança comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões. Os resultados das exportações e das importações de, respectivamente, US\$ 118,3 bilhões e US\$ 73,5 bilhões, também recordes históricos, propiciaram uma corrente de comércio equivalente a US\$ 191,8 bilhões em 2005, valor 20,4% acima dos US\$ 159,3 bilhões de 2004.

Internamente, em 2005, o crescimento das exportações proporcionou um aumento na produção industrial brasileira de 3,1%, em relação a 2004, refletindo-se, principalmente, na expansão de bens de consumo duráveis, puxado pelos veículos automotores (com acréscimo de 13,1%), pelos telefones celulares (43,9%) e televisores (23,1%). No caso de automóveis, além do incremento de 21,9% nas unidades exportadas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o lançamento de veículos bicomcombustível impulsionou as vendas internas, que cresceram 8,1%.

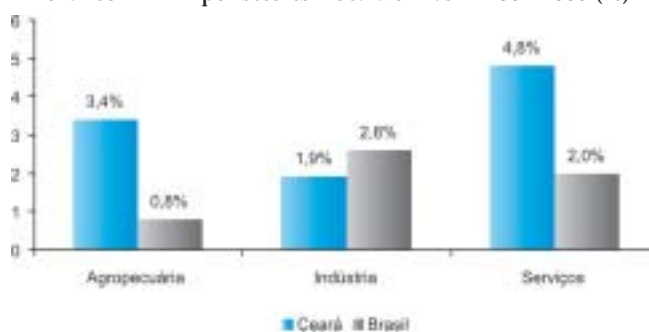
Apesar do desconforto da taxa de juros ainda elevada, o mercado interno foi favorecido pelo acréscimo na oferta de crédito e na melhora do mercado de trabalho, que também contribuíram para o aumento nas vendas de bens duráveis.

Com o dólar em baixa, relativamente ao real, todos os índices de preços ao consumidor, calculados no país, apresentaram taxas inferiores às ocorridas em 2004. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do Brasil, fechou o ano de 2005 com uma taxa de 5,69%, superior à meta de 5,1%, mas dentro dos limites estimados pelo Banco Central. Diante dos resultados obtidos, a economia brasileira apresentou em 2005 um crescimento de 2,3% a preços de mercado e 2,5% a preços básicos.

Dentro desse cenário a economia cearense continuou sua trajetória de crescimento em 2005. O Produto Interno Bruto do Ceará, estimado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

(IPECE), alcançou o valor de R\$ 33,4 bilhões, com crescimento de 3,6% sobre o ano de 2004. O aumento refletiu os resultados positivos dos três setores econômicos: os serviços (4,8%), a agropecuária (3,4%) e a indústria (1,9%). O Gráfico 1 mostra a comparação do PIB estadual com o brasileiro, discriminado por setores.

Gráfico 1 - PIB por setores - Ceará e Brasil - 2004-2005 (%)



Fonte: IPECE e IBGE.

O PIB da agropecuária registrou, em 2005, um acréscimo de 3,4%. Isto reflete o resultado obtido pela produção vegetal, pelas frutas frescas, frutos secos e pela produção animal e derivados.

De modo geral, a indústria cresceu 1,9%. Como observado, os quatro segmentos industriais componentes desta atividade tiveram comportamento positivo no ano. O aumento da indústria foi sustentado, sobretudo, pelos resultados da construção civil, que apresentou recuperação em suas atividades ao longo de 2005, após quedas nos anos de 2002 e 2003 e estagnação em 2004. Neste segmento registrou-se um aumento de 5,2% sobre 2004. Alguns fatores influenciaram a construção civil em 2005, como a oferta de crédito e o avanço do emprego e da renda.

Ainda, neste ano, os serviços acusaram um crescimento de 4,8%. A expansão da atividade fundamentou-se na evolução do comércio (13,9%), dos transportes (10,1%) e de alojamento e alimentação (7,6%), como reflexo na dinâmica da atividade econômica do Ceará (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução do PIB a preços básicos – Ceará e Brasil – 2004-2005

| Setores e Segmentos | Ceará | | Brasil | |
|--------------------------------|-------|------|--------|------|
| | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 |
| Agropecuária | -10,7 | 3,4 | 6,3 | 0,8 |
| Indústria | 7,0 | 1,9 | 6,2 | 2,6 |
| Extrativa Mineral | -3,4 | 2,9 | -0,7 | 10,9 |
| Transformação | 11,8 | 0,0 | 7,7 | 1,3 |
| Construção Civil | 0,9 | 5,2 | 5,7 | 1,3 |
| SIUP | 16,1 | 1,2 | 4,6 | 3,6 |
| Serviços | 3,9 | 4,8 | 3,3 | 2,0 |
| Comércio | 9,9 | 13,9 | 7,9 | 3,3 |
| Transporte | 4,3 | 7,6 | 4,9 | 3,2 |
| Alo. e Alimentação | 8,0 | 10,1 | - | - |
| Instituições Financeiras | 4,5 | 3,6 | 4,2 | 2,4 |
| Aluguéis | 3,8 | 5,0 | 1,8 | 2,5 |
| Outros Serviços | 3,2 | 1,8 | 5,6 | 1,3 |
| Valor Adicionado pb (*) | 4,5 | 3,6 | 4,6 | 2,1 |
| Impostos s/Produtos | - | - | 8,2 | 3,9 |
| PIB a pm (**) | - | - | 4,9 | 2,3 |

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) O Valor adicionado a preços básicos não inclui os impostos.

(**) No PIB a preços de mercado estão computados os impostos líquidos de subsídios.

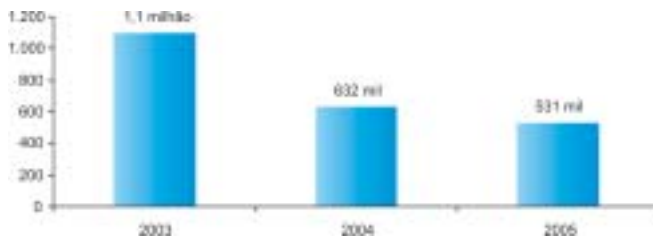
2 DESEMPENHO SETORIAL

2.1 Agropecuária

Em 2005, o IBGE estimou um decréscimo de 16,04% na produção de grãos cearenses (Gráfico 2). O resultado da safra desse ano refletiu a queda na produção de milho (-25,83%) e do sorgo (-33,56%). Vale salientar que o milho responde por mais de 50% do total da safra colhida no Estado, 530 mil toneladas. Todavia as produções de arroz e de feijão sustentaram uma queda mais acentuada na produção de grãos, com volumes de 131 mil toneladas e 89 mil toneladas, respectivamente. No referente ao arroz, o de sequeiro, modo tradicional de plantação, registrou em 2005 uma queda de 32,38% sobre 2004. Já o arroz irrigado mostrou um crescimento de 20,47%, ou seja, 69,4 mil toneladas. Segundo evidenciado, hoje o arroz irrigado representa mais que o arroz de sequeiro no total produzido no Ceará, cerca de 78%. Conforme este fato sugere, as ações do governo direcionadas às culturas irrigadas, por meio de incentivos, têm surtido efeitos consideráveis, a exemplo das frutas e flores.

Na produção animal e derivados, em 2005, os destaques foram para a produção de leite (37,4%), frangos (17,2%) e ovos (17,7%).

Gráfico 2 - Evolução da safra de grãos - Ceará - 2003-2005



Fonte: IBGE.

2.2 Indústria

De acordo com a classificação nacional, o setor indústria compreende os seguintes segmentos: indústria extrativa mineral, de transformação, construção civil e eletricidade, água e gás. Esta última corresponde aos serviços de utilidade pública.

2.2.1 Indústria de Transformação

Em 2005, a indústria de transformação cearense fechou o ano com uma queda de 1,6% na produção industrial relativamente à obtida em 2004. O resultado foi influenciado pela desaceleração das atividades fabris, no segundo semestre do ano, com um recuo de 7,6%. As maiores influências negativas vieram de calçados e artigos de couro (-8,4%), devido à redução na produção de calçados de plástico; têxtil (-5,1%), por conta da menor fabricação de tecidos de algodão e de malha de fibras artificiais; e alimentos e bebidas (-3,3%), explicado pelo recuo em castanha de caju beneficiada, e biscoitos e bolachas. Pelo lado positivo, destacaram-se as produções de minerais não-metálicos (21,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,7%), em virtude, respectivamente, do aumento na produção de cimento, e transformadores, responsáveis pelas maiores contribuições positivas. No entanto, estes resultados não foram suficientes para reverter a taxa negativa da indústria de transformação em 2005.

Além disso, esse resultado negativo foi reflexo das dificuldades enfrentadas pela indústria, representadas pela manutenção de uma política monetária restritiva, traduzida pela elevada taxa de juros, pela apreciação do real em relação ao dólar, que reduziu as receitas em moeda local dos exportadores, pela elevação das tarifas de energia elétrica, que elevou os custos industriais, e pela pesada carga tributária imposta ao setor produtivo. Alie-se a essas dificuldades a base elevada de 2004, quando a produção industrial cresceu 11,85%.

O Gráfico 3 mostra o comportamento da indústria de transformação, nos anos de 2004 e 2005.

Gráfico 3 - Evolução mensal da produção industrial - Ceará - 2004-2005 (%)



Fonte: IBGE.

2.2.2 Indústria da Construção Civil e Extrativa Mineral

Como mencionado, a construção civil apresentou recuperação em suas atividades ao longo de 2005, após quedas nos anos de 2002 e 2003 e estagnação em 2004. O segmento registrou um aumento de 5,2% no PIB a preços básicos em 2005 sobre 2004. Entretanto, os melhores resultados da construção ocorrerão no primeiro semestre/2005, quando o consumo de cimento registrou taxa de crescimento de 14,1%. No último trimestre, quando praticamente as atividades da construção se estabilizaram, houve uma queda de quase 3% no consumo de cimento e um aumento de 2,7% no estoque de empregos, contrabalançando o resultado final do trimestre. Para o comportamento da construção civil, em 2005, alguns fatores foram importantes, como a oferta de crédito e o avanço do emprego e da renda.

Já a indústria extrativa mineral, que mede a produção de petróleo, gás natural e cimento, alcançou, neste ano, uma taxa de 2,9% no PIB a preços básicos sobre 2004. Esse crescimento ocorreu em razão dos resultados obtidos no primeiro semestre/2005, que acusou uma expansão de 10,4%. No segundo semestre, todas as atividades iniciaram uma trajetória de desaceleração, obtendo a extrativa mineral taxas negativas de 8,2%, no terceiro trimestre, e de 5,6%, no quarto trimestre de 2005.

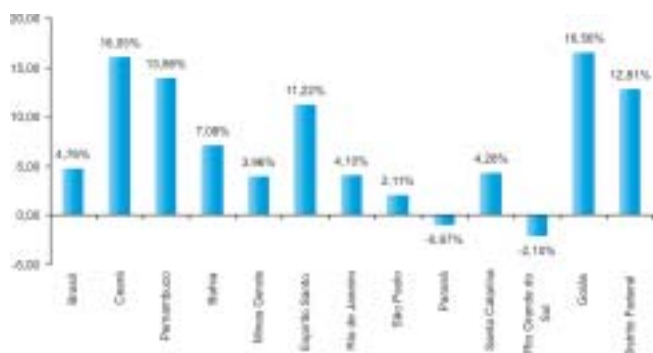
Ao longo de 2005, o segmento de eletricidade, gás e água revelou o modesto crescimento de 1,2% sobre 2004. Enquanto o consumo de energia elétrica aumentou pouco mais de 2,0%, o volume global de água faturada pela Cagece subiu 4,4% e o consumo de gás natural caiu mais de 40%, no mesmo período.

2.3 Serviços

2.3.1 Comércio Varejista

O desempenho do comércio varejista garantiu o maior crescimento no volume de vendas a varejo, desde a primeira divulgação da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) em 2001. As vendas cresceram 16,1%, taxa superior à média brasileira, 4,8%, comparadas às vendas de 2004. É importante ressaltar que os bons resultados obtidos pelo comércio cearense estão ocorrendo em cima de uma base de comparação elevada, pois em 2004 o volume de vendas chegou a crescer 8,5% (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução do volume de vendas do comércio varejista - Brasil - 2001-2005



Fonte: IBGE.

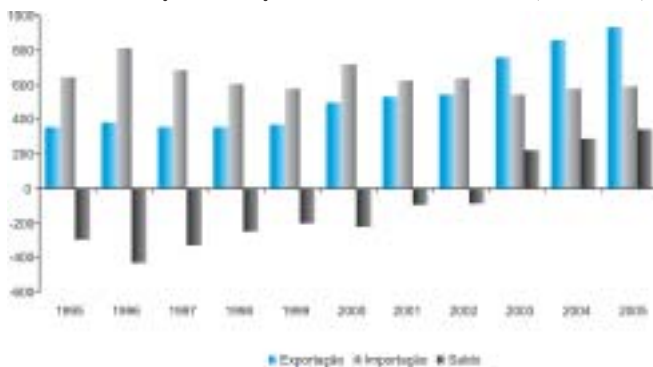
Os resultados do comércio varejista cearense foram ancorados no aumento das vendas de móveis e eletrodomésticos (30,6%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (15,1%), vestuário, tecidos, calçados (12,1%) e combustíveis e lubrificantes (7,9%), ou seja, os mais significantes para a atividade.

De acordo com estas informações, apesar das limitações de crescimento, o segmento varejista do Ceará tem tido um movimento positivo, baseado na recuperação do poder de compra dos salários e na facilidade de acesso e disponibilidade de linhas de créditos.

2.3.2 Comércio Exterior

Em 2005, o comércio exterior cearense manteve sua trajetória de crescimento. A despeito do aumento de 8,3% nas exportações cearenses, seu desempenho foi moderado se comparado ao do Brasil (23,1%). Enquanto as exportações cearenses alcançaram o valor de US\$ 930,5 milhões, as importações totalizaram US\$ 588,7 milhões, o que resultou numa balança comercial superavitária de US\$ 341,8 milhões (Gráfico 5). Apesar de ter enfrentado problemas localizados, os produtos mais exportados neste ano foram os seguintes: os calçados, com US\$ 205,2 milhões, seguidos da amêndoa da castanha de caju (US\$ 136,5 milhões) e têxteis (US\$ 122,7 milhões).

Gráfico 5 - Evolução da balança comercial - Ceará - 1995-2005 (US\$ milhões)



Fonte: SECEX/MDIC.

Embora em 2005 os calçados tenham registrado crescimento de 10,0% no valor exportado, enfrentaram problemas de desvalorização do dólar ante o real e a competitividade acirrada por parte da China, o que resultou numa queda de 4,9% no volume exportado relativamente a 2004. Os têxteis também tiveram problemas com o dólar e, em 2005, recuaram o valor exportado (-2,1%) e o volume (-1,5%). Quanto à castanha de caju, a maior dificuldade enfrentada pelas empresas exportadoras da amêndoa foi a queda na safra cearense de 2005, de -23,7%, segundo o IBGE. Nesse ano, foram produzidas 60 mil toneladas contra as 86,6 mil toneladas deste produto em 2004. Vale salientar que este produto é o segundo item da pauta das exportações cearenses e representa 15%, aproximadamente, das exportações totais do Estado.

Já as importações cresceram a reboque do crescimento econômico, destacando a importação de bens de capital. Em 2005, o valor importado dos bens de capital alcançou US\$ 69,1 milhões ou 25,7% a mais que em 2004, US\$ 55,0 milhões. Ao considerar todos os itens importados, em 2005, a liderança da pauta coube ao item petróleo e seus derivados/óleo diesel (US\$ 89,85 milhões), ferro fundido, ferro e aço (US\$ 83,04 milhões) e ao trigo (US\$ 66,9 milhões).

O Ceará, em 2005, importou da Argentina US\$ 140,58 milhões, 7% a mais que em 2004. Isto garantiu-lhe a primeira colocação entre os principais parceiros comerciais do Estado, com uma participação de 23,9% das importações totais do Estado. Os Estados Unidos, até então na segunda posição, passaram, em 2005, para o quarto lugar, e uma participação próxima de 7%, ou US\$ 40,98 milhões, com queda de 44,01% sobre o valor de 2004.

2.3.3 Inflação, Taxa de Juros e Câmbio

A inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2005 com uma taxa acumulada de

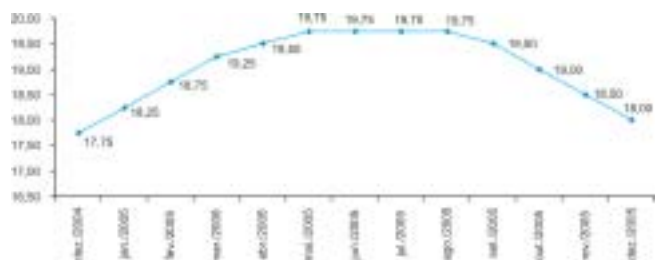
5,69%, segundo o IBGE. O resultado ficou acima do centro da meta de inflação ajustada, de 5,1%, mas ainda dentro da margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais. Entretanto, o índice ficou aquém do indicado em 2004, 7,60%. Apesar da quebra na safra de 2005 (5,5%), os produtos agropecuários ajudaram a manter os preços ao consumidor, e aliados à queda do dólar foram os responsáveis pelo recuo da inflação em relação a 2004.

Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido para a Região Metropolitana de Fortaleza, o bom desempenho da economia também foi refletido na inflação. Com efeito, a variação dos preços fechou o ano de 2005 com uma oscilação de 4,61%, inferior à taxa obtida no mesmo período de 2004 (4,58%), e menor ainda que a inflação brasileira medida pelo INPC, 5,66%. Em 2005, as maiores elevações de preços foram verificadas em habitação (10,77%), educação (8,96%) e vestuário (6,43%).

No tocante ao dólar, este encerrou o ano de 2005 com um valor médio de R\$ 2,44, significando uma queda de 12,4% em relação ao real. Esse é o terceiro ano consecutivo de queda do dólar. Um dos fatores que contribuíram para esse comportamento foi a entrada de moeda estrangeira oriunda das exportações brasileiras. Vale dizer que o real foi a moeda que mais se fortaleceu, entre os principais parceiros comerciais dos EUA, em relação ao dólar nos últimos anos, sendo a maior redução desde dezembro de 2003.

Em setembro de 2005, o Banco Central mudou a tendência da política monetária -de restritiva para flexível- e deu início a um ciclo de reduções da taxa de juros. Em dezembro/2005 a Selic ficou em 18,00% (Gráfico 6). Para o Copom, a flexibilização gradual da política monetária não comprometerá as importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na preservação do crescimento econômico com geração de empregos e aumento da renda real.

Gráfico 6 - Evolução da taxa de juros Selic - Brasil - 2003-2005



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

2.3.4 Mercado de Trabalho

Os resultados do comércio interno e de alguns segmentos industriais destinados à exportação ajudaram a ampliar a oferta de emprego formal. Isto significa empregos com maior segurança. Foram criados 240,64 mil novos postos de trabalho, e perdidos 209,76 mil, o que proporcionou, ao final do ano, um saldo líquido de 30,88 mil empregos, como mostra a Tabela 2.

Esse aumento no número de empregos formais contribuiu para uma ampliação da massa salarial, em 2005. Na análise por setores econômicos, o destaque coube aos serviços, que lideraram a geração de empregos, com 14,13 mil vagas, discriminados em comércio (9,3 mil empregos), alojamento e alimentação (5,5 mil empregos) e administração de imóveis (5,4 mil empregos). Na indústria foram criados empregos na transformação (4,6 mil vagas) e na construção civil (413 vagas). Na transformação destacaram-se têxtil/vestuário (2,7 mil vagas), química, farmacêutica e veterinária (943 vagas), metalúrgica (649 vagas) e borracha e couros (640 vagas). No acumulado de 2003-2005, já foram gerados 80,76 mil empregos.

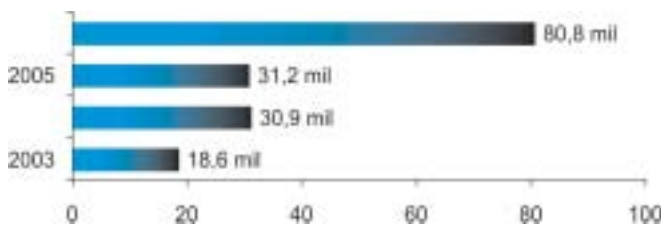
Tabela 2 - Evolução dos indicadores do emprego formal - Ceará - 1999-2005

| Anos | Admitidos | Desligados | Saldo Líquido |
|---------------------|-----------|------------|---------------|
| 2003 | 210.583 | 191.938 | 18.645 |
| 2004 | 227.205 | 195.965 | 31.240 |
| 2005 | 240.637 | 209.762 | 30.875 |
| Acumulado 2003-2005 | 678.425 | 597.665 | 80.760 |

Fonte: CAGED/MTE.

A distribuição espacial do emprego, no Ceará, em 2005, deu-se conforme indicado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Evolução do mercado de trabalho - Ceará - 2005



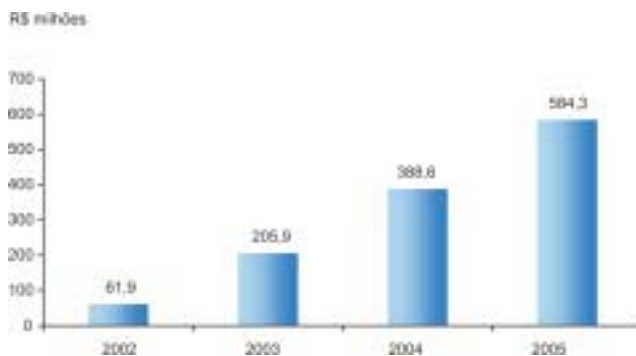
Fonte: CAGED/MTE.

3 FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 Resultado Fiscal

Em 2005, o Ceará gerou um superávit primário de R\$ 584,3 milhões, valor equivalente a 1,7% do PIB estadual (O PIB representa o valor de toda a produção de bens e serviços ocorrida no Estado durante o ano). Este resultado supera o verificado em 2004, quando o Estado apresentou um superávit de R\$ 388,6 milhões, ou seja, 1,3% do PIB (Gráfico 8 e Tabela 3).

Gráfico 8 - Resultado primário - Ceará - 2002-2005 (*)



Fonte: SEFAZ.

(*) Preços constantes de 2005, corrigidos pelo IPCA.

Tabela 3 - Demonstrativo de resultados - Ceará - 2003-2005 (%)

| Discriminação | 2003 | 2004 | 2005 |
|-----------------------------|------|------|------|
| Receita Total | 17,6 | 17,9 | 18,5 |
| Transferências | 6,3 | 6,5 | 7,6 |
| Receita Arrecadação Própria | 11,3 | 11,4 | 10,9 |
| Receita Líquida | 15,1 | 15,3 | 16,0 |
| Despesas não Financeiras | 14,5 | 14,2 | 14,3 |
| Resultado Primário | 0,6 | 1,3 | 1,7 |

Fonte: SEFAZ.

O Resultado Nominal, que representa a soma da necessidade de financiamento, da alienação de bens e operações de crédito, foi

positivo graças ao esforço fiscal praticado pelo Governo Estadual. Isto permitiu uma reversão de déficits, ocorridos em 2003 e 2004, para uma situação superavitária, em 2005, como pode ser visto na Tabela 4. Este resultado refletiu a trajetória descendente da necessidade de financiamento do governo, o que proporcionou uma redução da dívida pública (Tabela 4).

Tabela 4 - Demonstrativo de resultados - 2003-2005

| Discriminação | (R\$ milhões/valores correntes) | | |
|--|---------------------------------|---------|---------|
| | 2003 | 2004 | 2005 |
| 1 Receitas | 5.013,8 | 5.518,0 | 6.172,9 |
| Receitas de Transferências | 1.797,6 | 2.009,9 | 2.526,3 |
| FPE | 1.593,2 | 1.756,2 | 2.197,9 |
| Outras | 204,4 | 253,7 | 328,4 |
| Receitas de Arrecadação Própria | 3.216,2 | 3.508,1 | 3.646,7 |
| ICMS | 2.585,2 | 2.930,0 | 3.097,4 |
| Outras | 631,0 | 578,0 | 549,2 |
| 2 Transferências aos Municípios | 717,7 | 788,0 | 825,0 |
| 3 Receita Líquida (1-2) | 4.296,1 | 4.729,9 | 5.347,9 |
| 4 Despesas não Financeiras | 4.115,3 | 4.366,3 | 4.763,7 |
| Pessoal e Encargos | 2.136,6 | 2.322,7 | 2.556,1 |
| OCC | 1.978,7 | 2.043,6 | 2.207,5 |
| Investimento | 396,1 | 410,7 | 385,1 |
| Outras Despesas de Capital | 381,4 | 182,8 | 115,3 |
| Sentenças Judiciais | 9,5 | 10,3 | 8,2 |
| Outras Despesas Correntes | 1.191,7 | 1.439,9 | 1.699,0 |
| 5 Resultado Primário (3-4) | 180,7 | 363,6 | 584,3 |
| 6 Juros da Dívida (Líquido Devido) | 268,3 | 263,4 | 214,2 |
| 7 Amortizações | 382,0 | 379,1 | 419,8 |
| 8 Necessidade de Financiamento (5-6-7) | -469,6 | -278,9 | -49,7 |
| 9 Alienação de Bens | 1,1 | 0,7 | 1,5 |
| 10 Operações de Crédito | 273,3 | 243,8 | 267,6 |
| Internas | 40,9 | 53,9 | 37,9 |
| Externas | 232,4 | 189,9 | 229,8 |
| 11 Resultado Nominal (8+9+10) | -195,1 | -34,3 | 219,4 |

Fonte: SEFAZ.

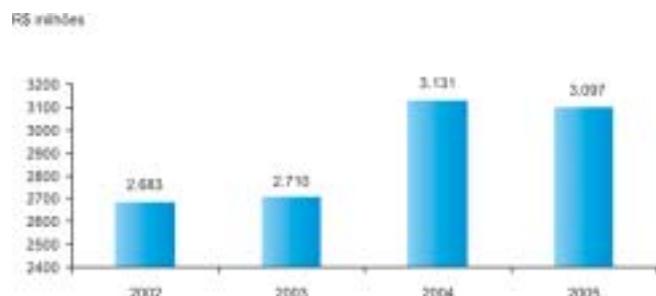
3.2 Receitas e Despesas

3.2.1 Receitas

Em 2005, o Estado do Ceará apresentou uma receita de R\$ 6,5 bilhões, superior em 5%, em termos reais, à obtida em 2004. Destacou-se o ICMS, que representa algo em torno de 85% das receitas próprias e, no mesmo ano, seu valor arrecadado foi de R\$ 3,1 bilhões ou 1,1% inferior ao valor obtido em 2004, em termos reais (Gráfico 9).

Ao se segmentar o ICMS, em 2005, o comércio representou 27,1% do total arrecadado pelo Ceará, os combustíveis, 20,5%, e a indústria, 15,1%. Na comparação do ano de 2005 e 2004, houve ampliação nas participações do comércio e energia elétrica, de 3,2% e 0,6%, respectivamente. Vale lembrar que o comércio contribuiu fortemente para o crescimento da economia cearense, em 2005, com um aumento de 16,1% nas vendas a varejo, segundo o IBGE.

Gráfico 9 - Evolução do ICMS - Ceará - 2002-2005 (*)

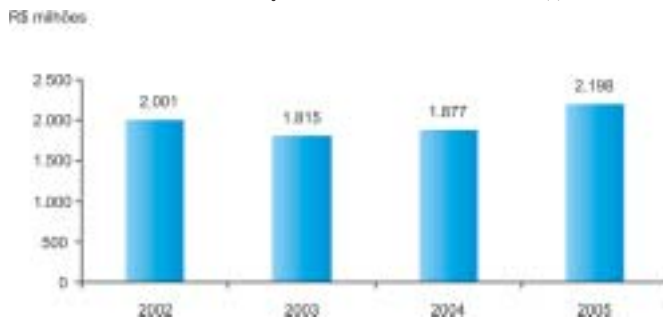


Fonte: SEFAZ.

(*) Preços constantes de 2005, corrigidos pelo IPCA.

Quanto ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), segundo componente das receitas em importância, em 2005, registrou um valor de R\$ 2.198 milhões, ou seja, 17% acima do valor verificado em 2004 (Gráfico 10). Vale dizer que este Fundo corresponde a 92% das transferências totais oriundas da União.

Gráfico 10 - Evolução do FPE - Ceará - 2002-2005 (*)

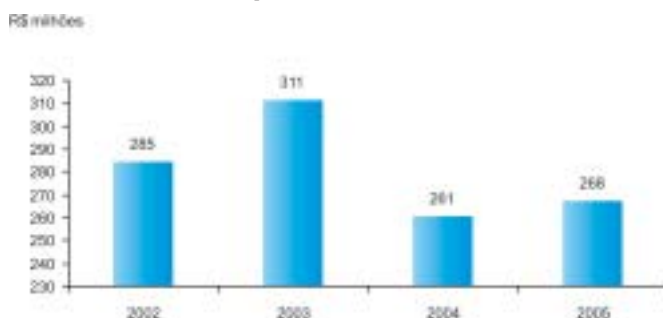


Fonte: SEFAZ.

(*) Preços constantes de 2005, corrigidos pelo IPCA.

As receitas oriundas das operações de crédito acumularam, em 2005, um valor de R\$ 267,6 milhões, isto é, houve um aumento real de 2,7% em relação a 2004. Do total das operações de crédito, 86% são de origem externa (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Operações de crédito - 2002-2005 (*)



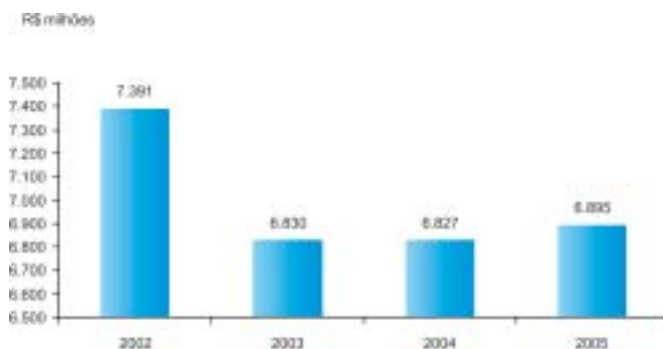
Fonte: SEFAZ.

(*) Preços constantes de 2005, corrigidos pelo IPCA.

3.2.2 Despesas

Em 2005, as despesas obtiveram um valor de R\$ 6,9 bilhões, ou seja, 1% a mais que o obtido em 2004. Os principais componentes das despesas totais do Estado são as despesas com pessoal ativo, as com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes” (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Evolução das despesas - Ceará - 2002-2005

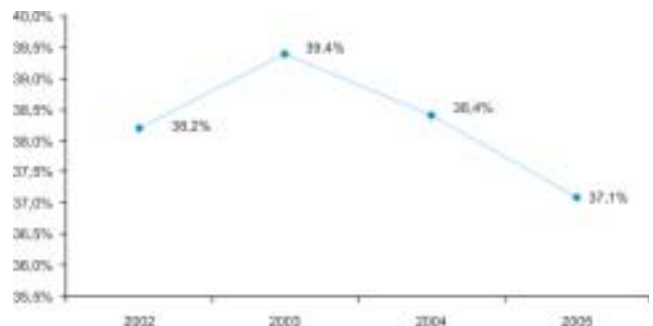


Fonte: SEFAZ.

Pelo lado das despesas com pessoal, em 2005, seu valor foi de R\$ 1.955 milhões, a preços constantes. Esta categoria de gastos cresceu 2,7% a mais que o valor indicado em 2004. Apesar da elevação

dos gastos com pessoal, a relação despesas com pessoal ativo/RCL tem demonstrado reduções desde 2003, e fechou o ano de 2005 com a taxa de 37,1% (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Relação gasto pessoal ativo e Receita Corrente Líquida (RCL) - 2002-2005



Fonte: SEFAZ.

3.3 Dívida Pública

Em dezembro de 2005, a dívida do Estado totalizou R\$ 4,6 bilhões. No período, a dívida atingiu a relação de 0,87 da Receita Corrente Líquida, significando uma folga no nível de endividamento estadual, cujo limite máximo é de até duas vezes a RCL, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como mostram os Gráficos 14 e 15, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) estadual vem seguindo uma tendência de queda, nos últimos anos, em valor e na relação Receita Corrente Líquida (RCL).

Gráfico 14 - Dívida Consolidada Líquida - Ceará - 2002-2005



R\$ milhões, corrigido pelo IPCA a preços de 2006

Fonte: SEFAZ.

Gráfico 15 - Relação DCL/RCL - Ceará - 2002-2005 (*)



Fonte: SEFAZ.

(*) A partir de 2004 passa-se a considerar as garantias assumidas junto à COHAB, FUNECE e FUSEC e parcelamentos junto ao INSS e PASEP.

4 PERSPECTIVAS PARA 2006

Espera-se que o ano de 2006 seja promissor para a economia brasileira e cearense. Dentro dessa expectativa, o IPECE prevê uma variação de 4 a 4,5% no PIB estadual. Para a economia brasileira, segundo o IPEA, o PIB deverá crescer 3,4%.

Essas previsões estão amparadas na continuidade de expansão do mercado externo e do controle da inflação, na queda da taxa Selic, além da recuperação do dólar ante o real. Tais medidas deverão estimular os investimentos produtivos e o mercado interno. É importante ressaltar que está previsto também um aumento no investimento público, possibilitado pela melhora significativa dos gastos públicos em 2005.

Em nível estadual, algumas ações contribuirão para a efetivação do crescimento real da economia cearense, em 2006. Como o mercado externo continua promissor, neste ano, deverão continuar as negociações internacionais com outros países para a ampliação de mercados de escoamento das exportações, a exemplo do ocorrido em 2005.

Neste sentido, serão intensificadas as ações voltadas ao agronegócio da fruticultura, flores, com a previsão de instalar-se mais empresas ligadas a atividades de floricultura. As ações também serão direcionadas às atividades do turismo, em parcerias com empresas privadas, com vistas, sobretudo, à ampliação do número de turistas estrangeiros.

Um esforço para desenvolver esses segmentos econômicos implicará a geração de emprego e renda, o que beneficiará o setor serviços, particularmente o comércio, e contribuirá para a continuidade da boa performance alcançada em 2005.

Como é notório, o ano de 2006 será marcado por dois eventos: a copa do mundo e as eleições, embora as expectativas maiores estejam direcionadas para a eleição presidencial. Se, por um lado, os dois eventos podem beneficiar algumas atividades econômicas, como o comércio e a prestação de serviços, por outro, as expectativas políticas podem interferir no ritmo dos investimentos, especialmente dos externos.

5 OPINIÃO DO IPECE

Educação de Qualidade: Fator-Chave para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro

Marcelo Ponte Barbosa¹

O crescimento econômico de um país é determinado pelo aumento da capacidade de produzir bens e serviços para sua população. Se observadas ao longo do tempo, pequenas diferenças positivas nas taxas de crescimento implicam grandes aumentos de riqueza para a sociedade. Assim, a ampliação do padrão de vida de uma sociedade depende, em grande parte, de um conjunto de fatores que afetam sua produtividade.

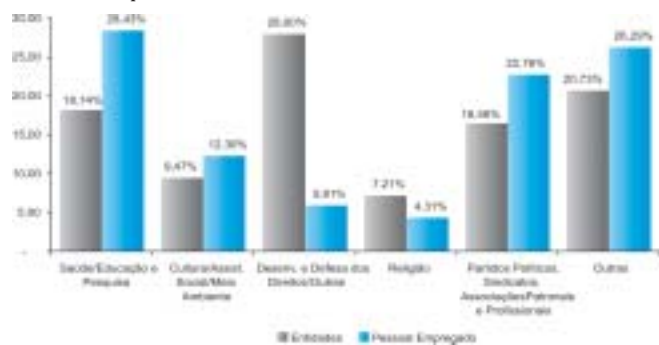
Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos para tentar explicar as diferenças nas taxas de crescimento entre países e regiões, mas a maioria atribui grande importância ao capital humano. Um resultado em comum nesses estudos é que a educação parece ser o fator mais relevante para a formação de capital humano. Os retornos positivos advindos da educação são observados tanto em nível individual, com o aumento da renda pessoal, quanto em nível geral, com o aumento da produtividade da economia. Especificamente, uma população melhor educada eleva a capacidade de incorporação de

inovações produtivas, além de ser um fator-chave para o desenvolvimento de novas tecnologias, o que implica o aumento do potencial de crescimento econômico. A figura a seguir ilustra este raciocínio:



De acordo com pesquisadores de renome internacional, a acumulação efetiva de capital humano está mais relacionada à qualidade da educação do que apenas à escolaridade (ou número de anos de estudo) da população². Diante destas evidências, é imprescindível se avaliar o desempenho da política educacional do Brasil também sobre o aspecto da qualidade. A medida de qualidade na educação mais utilizada compreende os testes de proficiência em matérias básicas, como matemática e línguas. No Gráfico 16 constam dois tipos de medidas a respeito da educação brasileira: as notas no SAEB, que representam a qualidade da educação medida pela performance dos estudantes, e a “taxa de escolarização”, que espelha a quantidade de educação oferecida à sociedade. Percebe-se que, enquanto o acesso à educação básica vem aumentando ano a ano, chegando a 97,2% da população com idade apropriada, a performance nos exames vem caindo acentuadamente, principalmente em língua portuguesa.

Gráfico 16 - Taxa de escolarização das pessoas com idade entre 7 e 14 anos versus performance no exame do SAEB* - Brasil - 1995 a 2003



Fonte: IBGE/INEP.

(*) Foram consideradas as notas dos alunos da 8ª série do ensino fundamental como medida de performance educacional.

Este fato coincide com o resultado obtido pelo Brasil nos exames PISA 2000 e 2003 realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que acessam conhecimentos e habilidades dos estudantes próximos do final da educação compulsória, em três matérias: matemática, leitura e ciências. Em 2000, o Brasil obteve os piores resultados médios em todas as matérias, entre os 31 países participantes. Já em 2003, entre os quarenta países participantes, o Brasil ficou na pior colocação em termos das notas médias de matemática e ciências, e apresentou o quarto pior resultado médio em leitura.

Em face destes resultados, há de se perguntar se as escolas brasileiras estão formando o capital humano necessário para o crescimento futuro do país. Cabe-nos repensar as políticas educacionais e investigar as razões do baixo desempenho escolar brasileiro.

Os fatores que agem sobre o aprendizado, e, portanto, sobre a performance de um estudante, são tradicionalmente classificados em três grupos: os aspectos de estrutura física e humana da escola, a influência dos colegas de turma, o perfil familiar do aluno e suas habilidades inatas. De todos esses conjuntos de fatores, os únicos possíveis de ser afetados diretamente por políticas públicas, pelo

¹ Administrador, mestre em economia e analista de políticas públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

² Segundo tais autores apontam, a qualidade da educação, medida a partir dos testes de proficiência, está diretamente relacionada à maior produtividade e ao maior ganho salarial das pessoas.

menos no médio prazo, são aqueles relacionados à estrutura da escola. Neste sentido, políticas educacionais são tradicionalmente pensadas em termos de alocação de recursos físicos e financeiros às escolas, apesar de a maioria dos estudos mostrar pouco efeito sistemático desses ativos escolares sobre a performance dos estudantes.

As evidências internacionais não indicam que políticas puras de alocação de recursos possam afetar significativamente os resultados dos alunos. Obviamente, existem certas ocasiões nas quais o investimento em recursos físicos, como salas de aula e bibliotecas, ou mesmo uma diminuição do número de alunos por turma, faz-se necessário para prover as escolas de condições básicas de funcionamento. Entretanto, não existe uma clara definição de até que ponto tais situações ocorrem, havendo assim uma grande probabilidade de que políticas centrais baseadas em distribuição de recursos sejam ineficientes e ineficazes, a ponto de não alcançar os objetivos propostos. Neste contexto, cabe-nos partir para uma nova abordagem, onde, em vez de se concentrar no aumento do volume de recursos, passa-se a procurar possíveis melhorias no uso dos recursos já existentes, o que pode ser feito a partir da implementação de incentivos junto aos recursos humanos das escolas, de reformas nos programas de ensino e de melhorias na gestão escolar.

Em corroboração a esta idéia, e segundo mostram pesquisas no Brasil e no exterior, o efetivo aumento da qualidade no ensino depende, em maior parte, do desempenho dos professores. Tais trabalhos sugerem a implementação de mecanismos de incentivos junto a esses profissionais, que seriam avaliados a partir do desempenho de seus alunos.

Estudos mostram que o simples aumento salarial linear para os professores não parece gerar os efeitos esperados. Tal argumento coincide com a tese clássica de Milton Friedman, segundo a qual “o principal problema não é que os salários sejam muito altos ou muito baixos na média – eles até podem ser muito altos na média – mas que sejam uniformes e rígidos. Os professores ruins recebem demais e os professores bons recebem de menos”. Neste sentido, iniciativas que premiam professores a partir da evolução dos seus alunos ganham força junto aos planejadores públicos.

Diante das questões apresentadas, pode-se extrair algumas lições para o Brasil:

- A baixa qualidade da educação brasileira pode comprometer a formação do seu capital humano, fator primordial para o crescimento econômico do país;
- A busca pela qualidade na escola vai muito além do simples aporte de recursos financeiros para ela, a qualidade do professor sendo o fator fundamental de melhoria da performance dos estudantes;
- Premiar os melhores professores pode ser uma das principais formas de melhorar a qualidade da educação, pois estimula a entrada e a permanência dos melhores professores nas escolas públicas;
- Iniciativas simples e pouco dispendiosas, como autonomia pedagógica, participação dos pais e da comunidade nas escolas, assim como a adoção de melhores práticas de gestão, melhoram a qualidade do ensino.

Finalmente, é necessário que a educação pública brasileira seja gerida de modo a alocar eficientemente os limitados recursos disponíveis. Apesar das dificuldades legais e corporativas tão comuns no Brasil, é fundamental serem as políticas educacionais adequadamente planejadas e realistas, sempre baseadas em dados objetivos, para se aumentar o nível da educação do país. Somente assim será possível almejar um crescimento econômico sustentável e menos desigual.

O Terceiro Setor no Ceará

Maria Eloisa Bezerra da Rocha³

Esse ensaio tem como objetivo iniciar um processo de conhecimento sobre a relação existente entre o Terceiro Setor e a Economia Social. Portanto, não é intenção esgotar o assunto, neste momento, mas apresentar algumas características do setor no Estado, e possíveis comparações em termos de país, região e estados nordestinos.

Para a efetivação do estudo foram utilizados dados do IBGE, produzidos em 2002. Segundo o IBGE:

Estas organizações têm, em comum, serem, ao mesmo tempo, voluntárias, autônomas e privadas, formadas por cidadãos que se reúnem livremente em torno de objetivos comuns. Por esse critério, foram excluídas as associações de cunho mercantil, as que sejam reguladas pelo governo ou as que tenham estrutura jurídica específica, que impossibilite a uma pessoa ou organização qualquer desempenhar essas atividades, como é o caso de partidos políticos, sindicatos, consórcios etc. (IBGE, 2002).

Estudos têm evidenciado a importância da organização espontânea e autônoma da sociedade civil em grupos, movimentos e organizações sem fins lucrativos para a efetivação da democracia, promoção do desenvolvimento e da cidadania. Como afirma Putnam, em seu estudo: “As associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade” (2002, p.103-104).

Nesse ensaio, em conformidade com indicações do IBGE, denominam-se de Terceiro Setor aquelas organizações privadas que embora públicas por suas finalidades não se enquadram nos setores produtivos convencionais. São, pois, as organizações não-governamentais, institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais dos mais variados, que atuam nas mais diversas áreas sociais.

Quanto aos componentes do Terceiro Setor, estes ainda são imprecisos, como evidenciam as polêmicas sobre o assunto. Por exemplo, para Leopoldo (1997), apesar de não haver dúvidas quanto ao fato, no caso das fundações pertencerem a essa categoria, o mesmo não se pode dizer das organizações de classe e igrejas. Os sindicatos, por exemplo, às vezes são excluídos, de acordo com o autor, por serem organizações de caráter corporativo que atuam diretamente no conflito capital-trabalho típico do setor privado da sociedade.

Polêmica à parte, no Ceará, em 2002, segundo o IBGE, havia cerca de 17 mil entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, 17,49% do total existente no Nordeste e 3,47% sobre o número do Brasil. A taxa de 17,49% colocou o Estado na segunda posição, em incidência desse tipo de instituições, superado apenas pela Bahia, que agregava 28,74%. No Brasil, 1,5 milhão de pessoas trabalhavam em 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, e no Nordeste eram 324,32 mil pessoas. No Ceará, as entidades empregavam 64,04 mil pessoas, isto é, 2,91% e 19,75% dos empregos no Brasil e no Nordeste, respectivamente.

³ Economista, mestra em negócios internacionais.

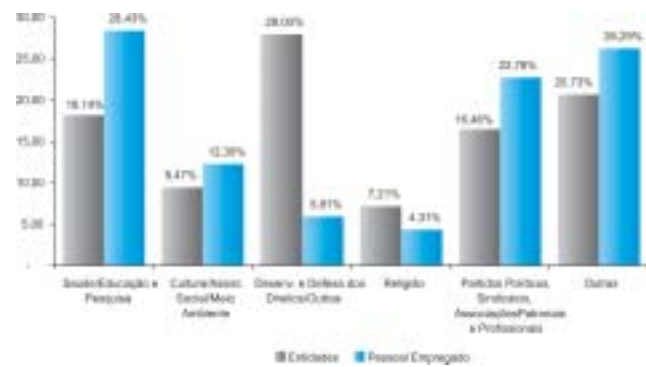
No Ceará, como no Nordeste, há maior incidência das organizações voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesa dos direitos, que engloba os centros comunitários, associações de moradores e de defesa de grupos específicos ou de minorias. No Brasil, essas instituições passaram de 11 mil para 45 mil, nos últimos seis anos. No Nordeste, concentra-se a maior parte delas (39%) e, no Ceará, sua participação correspondeu a 28,0% do total das entidades sem fins lucrativos existentes, como mostra o Gráfico 17.

Outro grupo de entidades que apresentou grande crescimento nos anos 1990, no Ceará, foi o conjunto das organizações profissionais, patronais e partidos políticos, com participação de 16,46%, sobretudo as associações de produtores rurais (com um total de 1.284 entidades (Gráfico 17)). O crescimento dessas instituições pode ser inferido pelas ações e programas destinados à zona rural cearense, como, por exemplo, o São José, destinado a apoiar os pequenos produtores e grupos comunitários, mediante suas associações representativas, criando oportunidades de geração de emprego e renda no meio rural. No entanto, em termos de emprego, nesse mesmo grupo, as associações profissionais foram as que registraram maior absorção de mão-de-obra: cerca de 79%.

Nas áreas de saúde e educação/pesquisa, as entidades totalizaram 3.148 e empregavam 28,47% do total de pessoas ocupadas em entidades sem fins lucrativos (Gráfico 17). Porém, na composição interna dos dois grupos, as entidades prestadoras de serviços na educação infantil, como creches e pré-escola, contavam com poucos assalariados, numa média de nove empregados por instituição, enquanto as organizações de ensino superior tinham uma média de 83 assalariados cada uma. Especificamente na saúde, no Ceará, eram 46 hospitais, com cerca de 125 profissionais, em média, e 68 estabelecimentos de outros serviços de saúde, com uma média de 26 empregados.

Em 2002, a média de remuneração dos trabalhadores nas empresas sem fins lucrativos gerava uma renda *per capita* de R\$ 5.521,81, pouco inferior à dos assalariados das empresas em geral (públicas, privadas lucrativas e não-lucrativas), que era de R\$ 6.992,07.

Gráfico 17 - Entidades privadas sem fins lucrativos, por categorias - Ceará - 2002



Fonte: IBGE.

Em geral, os maiores salários são encontrados nas organizações conforme seu porte e, também, nas que demandam mão-de-obra mais qualificada, como hospitais, escolas e universidades. Enquanto as maiores remunerações foram indicadas no grupo saúde e educação/pesquisa, com uma renda *per capita* de R\$ 7.774,80, as menores foram verificadas nas instituições partidos políticos, sindicatos, associações patronais profissionais, com uma renda média de R\$ 3.278,53.

Como conclusão desse ensaio evidencia-se que a definição de Terceiro Setor é o primeiro problema para os estudiosos dessa área. Assim, a ausência de um consenso teórico a respeito, ou mesmo a sua impossibilidade, é um dos fatores que levam grande parte dessas entidades para a invisibilidade ou não transparência. E, como motivo maior, menciona-se a insuficiência de dados, sobretudo por unidades da federação, sobre os impactos do Terceiro Setor na economia.

No entanto, uma série de alterações na economia e na sociedade como um todo tem chamado a atenção para o Terceiro Setor. Como é notório, iniciativas acadêmicas foram desenvolvidas no Brasil e cresce o interesse por esse novo tipo de organização, na qual a sociedade civil organizada vai exercer importante papel na construção de uma nova cidadania.

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO

Lúcio Gonçalo de Alcântara - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Francisco de Queiroz Maia Júnior - *Secretário*

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda - *Diretor Geral*

Antônio Lisboa Teles da Rosa - *Diretor de Estudos Sociais*

Pedro Jorge Vianna - *Diretor de Estudos Setoriais*

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Marcelo Ponte Barbosa
Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenação)
Rogério Barbosa Soares

COLABORAÇÃO

Francis Carlos Petterini
Margarida Nascimento
Ana Cristina Lima (Estagiária)

REVISÃO

Maria do Céu Vieira

NORMALIZAÇÃO

Helena Fátima Mota Dias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Dulcineide Bessa
Nertan Cruz